



A EXPANSÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS E DOS CURSOS DE LICENCIATURAS NO BRASIL

Cláudio Wilson dos Santos Pereira¹
Leila Pio Mororó²

INTRODUÇÃO

A Lei de criação dos Institutos Federais – IFs - (Lei 11.892/08) determina em seu artigo 7º, alínea b, que entre seus objetivos está a viabilidade da oferta de cursos de licenciatura, de modo particular, para as áreas de “ciências e matemática”, estabelecendo no artigo 8º, o percentual de 20% do total de vagas ofertadas para as licenciaturas. Com a expansão, portanto, dos Institutos Federais nos anos que se seguiram a sua criação, a interiorização dos cursos das licenciaturas se constituiu em uma particularidade da política dessas instituições de ensino técnico federal e da própria política de formação de professores no país.

A decisão em atrelar a formação de professores aos Institutos Federais tem como fonte, entre suas origens, o estudo realizado por conselheiros da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CNE/CEB/2007), o qual aponta para o problema do *déficit* do número de professores para o Ensino Médio e recomenda nas proposições finais precedência emergencial na formação de professores, de modo particular, nas áreas de ciências naturais e exatas, nas quais a deficiência de formação era, naquele momento, mais acentuada (BRASIL, 2007).

Para Freitas (2007), essa escassez não pode ser caracterizada como um problema conjuntural ou apenas emergencial, mas sim como um problema estrutural, crônico que tem, na sua materialidade histórica, a desresponsabilização do Estado com a educação pública e com a formação de professores, os programas emergenciais de formação como complementação pedagógica aos bacharéis, bolsas para estudantes de pós-graduação atuarem nas escolas públicas, flexibilização e aligeiramento da formação. Na análise

1 Mestre em Educação Pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB (2017). Professor do Ensino Básico Técnico e Tecnológico do IFNMG - Campus Januária, Brasil. Endereço eletrônico: claudiowilson.cba@gmail.com

2 Docente Plena da UESB, professora do quadro permanente do PPGED, doutora em Educação e coordenadora do Núcleo de Estudo, Pesquisa e Formação de Professores – Nefop. Endereço eletrônico: lpmororo@yahoo.com.br



de Frigotto (2010, p.190), “Esses mecanismos estão inter-relacionados com outros decorrentes da forma de capital monopolista ao articular a escola de acordo com suas necessidades e interesses”. Aproveitando, dessa forma, da estrutura organizacional das instituições que deram origem aos Institutos Federais, a partir de 2008, o governo federal instalou o que poderia ser classificado como um *novolocus* de formação de professores, na tentativa de corrigir as distorções em relação à política educacional em geral, e, de modo particular, em relação à política de formação de professores.

Vale a pena ressaltar que desde 2004, antes, portanto da criação dos Institutos Federais, já era permitido que várias unidades da Rede federal ofertassem cursos de licenciaturas. Desta forma, foi identificada a existência de 103 cursos de licenciaturas desde 2008 nos IFs. Comparando a 2016, essa quantidade de cursos preexistentes à criação dos IFs, corresponde a 21% do total, indicando que, após a criação dos Institutos Federais, houve um crescimento de aproximadamente 400% em oito anos.

O presente trabalho apresenta os números de crescimento da formação de professores a partir da expansão dos cursos de licenciaturas nos Institutos Federais de educação. Esses dados foram produzidos a partir da pesquisa realizada sobre a implementação da política de formação de professores e a inserção dos cursos de licenciaturas nos Institutos Federais de Educação, Ciência e tecnologia realizada no âmbito do mestrado em educação.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa que tem como método de interpretação o Materialismo Histórico Dialético - MHD. Os instrumentos para coleta de dados foi a entrevista e a análise documental. Os sujeitos da pesquisa foram os professores que participaram do processo de implantação e elaboração dos projetos dos cursos de licenciatura do IFNMG nos campi de Januária e Salinas, estado de Minas Gerais. No universo de sujeitos que atuam nas licenciaturas, foram ouvidos 14 professores que atenderam aos critérios estabelecidos.

Este texto recorta apenas os dados levantados a respeito da expansão dos cursos de licenciatura, dando destaque ao que pensam os sujeitos envolvidos na investigação sobre essa questão em específico.



RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao todo no país, entre os anos de 2008/2009 foram criados 38 Institutos Federais distribuídos em todos os estados. De acordo com os dados da Rede Federal³, vinculados a esses 38 institutos, até o ano de 2016 eram 644 campi em funcionamento. Em 2002 existiam no Brasil apenas 140 escolas técnicas. A reorganização em Institutos Federais, portanto, representou um salto, ao menos quantitativo, com a construção de mais de 500 novas unidades até 2016. É neste contexto de criação e de expansão dos Institutos que a política de formação de professores se insere. Segundo o sítio eletrônico do MEC, disponibilizado pelo acesso ao Sistema e-Mec. Existem quatrocentos e noventa e três (493) cursos de licenciaturas distribuídos pelos 38 Institutos Federais. Desses, foram identificados cinquenta cursos de licenciatura profissional (um percentual de 10%) e quatrocentos e quarenta e três (443) cursos de formação de professores para a educação básica (correspondente a 90% do total).

A formação de professores para a educação básica nos IFs apresenta outras variáveis, como, por exemplo, o atendimento às modalidades de ensino da educação no campo, educação indígena e a pedagogia bilíngue, no total de dezesseis cursos (o que representa 3,2% da oferta dos cursos de licenciatura dos Ifs). Além dessas, oferece dois (2) cursos de dança como segunda licenciatura, dois cursos de complementação pedagógica, dois cursos de formação docente para a educação básica, dois cursos que se configuram programa em formação pedagógica para a educação básica e sete cursos de formação pedagógica para a educação profissional. Todos estes cursos são direcionados para os professores da Educação Básica e Educação Profissional que já atuam em sala de aula. Tais cursos (15 no total) constituem 3% dos cursos de licenciatura.

Tem ainda os cursos relacionados à expressão cultural e artística (13) que correspondem a 2,6%. Compõem este quadro: Artes Cênicas/Visual (4), Dança (3), Música (4) e Teatro (2).

Na área de linguagem, além da pedagogia bilíngue, já mencionada acima, constatou-se uma quantidade significativa da oferta destes cursos, são vinte e nove (29) cursos, 5,9% do total (Letras Português são catorze cursos; Letras Espanhol, oito cursos, considerando Letras Português/Espanhol; Letras Inglês sete, levando em consideração Letras Português/Inglês). Nas áreas de ciências humanas e sociais contabilizam no total

3 Disponível em <http://redefederal.mec.gov.br>: acesso em 19/10/2016.



vinte e sete (27) cursos, 5,7% da totalidade dos cursos ofertados pelos Institutos Federais, sendo: onze cursos de Geografia, onze de Educação Física, quatro de Ciências sociais e um (1) de História.

As áreas consideradas prioritárias e que foram determinadas como tais em lei, contam com trezentos e dezessete (317) cursos (64,3%), sobrepondo-se, assim, às demais áreas e apresentam diferentes arranjos e nomenclaturas, seja em subáreas integradas ou interdisciplinares: Ciências da Natureza (5); Interdisciplinar em Ciências Naturais: Química, Física e Biologia (7); Ciências Naturais: Química (1); Ciências Naturais: Biologia e Química (1); Ciências da Natureza e Matemática (1), com um total de quinze cursos, 3%. Os cursos dessas áreas no formato tradicional (Biologia, Matemática, Física e Química) somam o quantitativo de 302 cursos, assim distribuídos: Biologia/Ciências Biológicas, com 64 cursos (13% do total), presente em 30 IFs, o que corresponde a 79% das instituições; o curso de Física, presente em 30 Institutos (79% dos IFs, com sessenta e oito cursos), o que corresponde a 13,8% de todos os cursos; o curso de Matemática com a mesma representação dos cursos de Física e Biologia nos IF (em 30 institutos) tem 90 cursos, com um percentual de 18,2%. O curso de química tem oitenta cursos (16,2%), é o que está mais bem distribuído entre os IFs, pois está presente em trinta e cinco (35) instituições, com um percentual equivalente a 92%.

Na perspectiva dos sujeitos participantes da pesquisa, entre os fatores de implementação dessas licenciaturas nos Institutos Federais estaria a expansão do ensino técnico e tecnológico. Do mesmo modo, a implementação dos cursos de licenciatura no IFNMG foi uma determinação legal da política de formação de professores nestas instituições que trouxe desafios para os implementadores locais. Nestes, no jogo de disputa, tiveram que superar a barganha, o dissenso e os desafios que passaram pela rotatividade de professores, falta de profissionais capacitados, falta de estrutura, acervo bibliográfico, alterações de matrizes, ausência de pessoal técnico administrativo, morosidade nos processos licitatórios e nos concursos públicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A leitura desses dados nos possibilita compreender a relação da inserção das licenciaturas com a expansão da educação profissional tecnológica. Verifica-se, a partir de 2006, iniciou um processo de expansão desta modalidade de ensino, culminando



a partir de 2008 com a criação dos Institutos Federais e expansão da Rede Federal de Educação Profissional, técnica e tecnológica, o qual veio a ampliar a oferta de cursos, em nível de graduação para os cursos de licenciatura, bacharelado e tecnologia.

Por fim, cabe ressaltar que a determinação legal de inserir os cursos de licenciaturas na política de criação dos IFs constitui como uma tentativa do governo de querer aproximar os lugares historicamente relegados à exclusão, ao abandono e ao esquecimento das políticas de educação do Estado dos centros de formação e de expansão tecnológica e profissional. No entanto, essas medidas apriorísticas são apenas estratégias de corrigir defeitos da ordem estabelecida, sem se comprometer com as determinações estruturais da sociedade que permanecem intactas e inalteráveis sob a lógica de um sistema de produção.

Palavras-chave: Política de formação de professores. Licenciaturas. Institutos Federais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. LEI Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Presidência da República**, Brasília, 2008.

_____. Ministério da Educação. **Escassez de Professores no Ensino Médio:** Propostas estruturais e Emergenciais. Brasília: CNE/CEB, 2007.

FREITAS, Helena Costa Lopes de. A (nova) política de formação de professores: a prioridade postergada. In: **Educação e Sociedade**. Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1203-1230, out. 2007.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutividade:** um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista / Gaudêncio Frigotto. – 9 ed. – São Paulo: Cortez, 2010.